



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Movimentos Sociais e Serviço Social

Sub-eixo: Serviço Social e Movimentos Sociais: pesquisa teórica e profissional

A RELAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL COM PROCESSOS DE RESISTÊNCIA À DITADURA CIVIL MILITAR: análise preliminar do contexto em Juiz de Fora (MG)

SUSANA MARIA MAIA ¹
CAROLINE ROSA OLIVEIRA ²
LARISSA PEREIRA SILVA ²

RESUMO

O ensaio compõe a sistematização de um processo de pesquisa em curso que busca identificar a relação de segmentos do Serviço Social com lutas, organizações e movimentos sociais das classes subalternas na realidade brasileira nas décadas de 1960-1980. Apresentamos um mapeamento preliminar de produções acadêmicas relacionadas à temática de movimentos sociais e ditadura militar na cidade de Juiz de Fora (MG) – uma das áreas de abrangência da Pesquisa. O objetivo principal é compreender o cenário sócio histórico da luta de classes na cidade, identificando elementos que subsidiem a leitura da relação do Serviço Social com as lutas e processos de resistência.

Palavras-chave: Lutas sociais; Ditadura civil-militar; Serviço Social; Juiz de Fora.

Resumen

1 Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal Fluminense

2 Estudante de Graduação. Universidade Federal De Juiz De Fora

El ensayo compone la sistematización de un proceso de investigación en curso que busca identificar la relación de los segmentos del Trabajo Social con las luchas, organizaciones y movimientos sociales de las clases subalternas en la realidad brasileña de los años 1960-1980. Presentamos un mapeo preliminar de las producciones académicas relacionadas con el tema de los movimientos sociales y la dictadura militar en la ciudad de Juiz de Fora (MG), una de las áreas cubiertas por la Investigación. El objetivo principal es comprender el escenario sociohistórico de la lucha de clases en la ciudad, identificando elementos que sustenten la lectura de la relación del Trabajo Social con las luchas y procesos de resistencia.

Palabras clave: Luchas sociales; Dictadura cívico-militar; Trabajo social; Juiz de Fora.

1. INTRODUÇÃO

A comunicação apresentada compõe a sistematização de um processo de pesquisa em andamento acerca da relação de segmentos profissionais do Serviço Social com as lutas, organizações e movimentos sociais das classes subalternas na realidade brasileira nas décadas de 1960-1980 no âmbito da organização da categoria, da produção do conhecimento e do trabalho profissional, em particular nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Iamamoto e Carvalho (1986) desenvolvem a análise do Serviço Social enquanto uma especialização do trabalho coletivo dentro da divisão social do trabalho peculiar ao modo de produção capitalista, que participa da reprodução das relações sociais e atua diretamente na contradição dos interesses de classe. Enquanto “instrumento auxiliar e subsidiário” no exercício do controle social e na difusão da ideologia da classe dominante junto à classe trabalhadora, sua gênese se relaciona a processos de controle dos conflitos de classe por meio da reprodução da dominação e do apaziguamento das classes trabalhadoras (IAMAMOTO e CARVALHO, 1986, p.105).

Contraoando a prática do Serviço Social Tradicional, apontada por Netto (2005, p.6) como “prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada, orientada por uma ética liberal-burguesa”, se desenvolve no seio da profissão, a partir da década de 1960, o chamado Movimento de Reconceituação latino-americano, a partir do tensionamento de aportes teórico-metodológicos e ideo-políticos, em especial, devido à vinculação de segmentos profissionais a processos de organização e resistências das classes subalternas e à aproximação à perspectiva crítica.

Na realidade brasileira, a experiência que aglutina um conjunto de elementos que correspondem a este projeto de reconceituação profissional é o Método BH, desenvolvido nos anos de 1970-1973 na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (BATISTONI, 2017). Todavia, pode-se afirmar que as bases ideo-políticas e socioprofissionais desta experiência já são postas nos anos iniciais da década de 1960, em especial, pós golpe civil militar de 1964, se espraiando ao longo das décadas de 1960-1980, por meio do vínculo político e profissional de estudantes, assistentes sociais e docentes ao movimento das classes. Analisar a conjuntura sócio histórica deste período, apreender a dinâmica do desenvolvimento de organizações e lutas e as vinculações que com elas estudantes e segmentos profissionais estabeleceram, é o objetivo central da pesquisa em questão.

Em fase inicial da Pesquisa, construímos os percursos de aproximação e delimitação do objeto. Adotamos o procedimento metodológico de pesquisa bibliográfica, de forma desenvolver um estudo qualitativo historiográfico a partir de fontes bibliográficas que tratem de determinações que compõem a conjuntura na qual emergem as organizações, movimentos e lutas sociais desenvolvidas no período de 1960-1980, procurando identificar relações e vínculos com o Serviço Social. Socializamos, neste ensaio, os primeiros achados de pesquisas bibliográficas sobre o contexto sócio histórico da cidade de Juiz de Fora (MG) – uma das áreas de abrangência da Pesquisa –, com o objetivo de traçar aspectos da conjuntura local que possibilitem identificar interações e articulações com a profissão.

Recorremos, inicialmente, a elementos centrais do contexto de ditadura civil-militar no Brasil, procurando apresentar, a partir da particularidade histórica brasileira, o significado do golpe e a importância do papel do Estado brasileiro para esse período, sendo este heterônomo e antidemocrático. Com a crise do milagre econômico, pontuamos o processo de abertura democrática que foi intensificado com a entrada do proletariado urbano na cena

política em meados dos anos 1970. Compreendemos que a leitura do cenário nacional contribui para a conexão de aspectos conjunturais que ganharão maior ou menor expressão na cidade mineira.

2. CONTEXTO HISTÓRICO DA DITADURA NO BRASIL

Em meados da década de 1960, principalmente nos países da periferia do capitalismo, em que se fortaleciam os movimentos de libertação nacional e social, os países imperialistas, sob o comando dos Estados Unidos, patrocinavam uma chamada “contrarrevolução preventiva”, que tinha como finalidade

adequar os padrões de desenvolvimento nacionais e de grupos de países ao novo quadro do inter-relacionamento econômico capitalista, marcado por um ritmo e uma profundidade maiores da internacionalização do capital; golpear e imobilizar os protagonistas sociopolíticos habilitados a resistir a esta reinserção mais subalterna no sistema capitalista; e, enfim, dinamizar em todos os quadrantes as tendências que podiam ser catalisadas contra a revolução e o socialismo (NETTO, 2015, p. 31).

Assim, no Brasil, de acordo com Netto (2015), é a particularidade histórica que vai dar a significação do golpe de abril de 1964. Essa particularidade é evidenciada nas seguintes características do país: na preservação do atraso, refuncionalizando-o e integrando-o na dinâmica modernizadora de desenvolvimento capitalista; na exclusão das forças populares dos processos de decisão política, sempre conduzida “pelo alto”; na heteronomia e no papel do Estado na sociedade brasileira que “serviu de eficiente instrumento contra a emersão, na sociedade civil, de agências portadoras de vontades coletivas e projetos societários alternativos” (NETTO, 2015, p. 34).

Na entrada dos anos 1960, se estabelece uma conjuntura que cria a possibilidade de alteração dessas linhas de forças que caracteriza a particularidade histórica brasileira. Começa a esgotar, a partir de 1956, o modelo de desenvolvimento baseado na industrialização restringida, dando lugar a industrialização pesada, gerando um novo padrão de acumulação. Para o êxito desse novo modelo de desenvolvimento, era necessária uma “redefinição de esquemas de acumulação (e, logo, fontes alternativas de financiamento)” (NETTO, 2015, p. 36) e também interrupção da crise econômica iminente.

Em vista disso, era demandado uma “solução econômica” para responder à crise, através de um “rearranjo nas relações entre Estado, o capital privado nacional e a grande

empresa transnacional, entregando-se a esta uma invejável parcela de privilégios” (NETTO, 2015, p. 36). Porém, essa “solução” foi perdendo o suporte político entre 1961 a 1964, com a entrada de João Goulart na presidência, após a renúncia de Jânio Quadros. Nesse novo contexto, com Goulart à frente do Executivo, protagonistas políticos comprometidos com a classe trabalhadora assumiram espaços importantes do aparelho do Estado, ao mesmo tempo em que há uma crescente mobilização das forças democráticas e populares — movimento sindical, movimento estudantil, Ligas Camponesas e demais movimentos populares — que, sob as bandeiras das Reformas de Base, se colocavam contra “o capitalismo sem reformas e a exclusão das massas dos níveis de decisão” (NETTO, 2015, p. 37). Dessa forma,

a consequência, a médio prazo, do que estava em jogo — não capitalismo ou socialismo, mas reprodução do desenvolvimento associado e dependente e excludente ou um processo profundo de reformas democráticas e nacionais, anti-imperialistas e antilatifundistas — poderia ser a reversão completa daquela particularidade da formação social brasileira (NETTO, 2015, p. 39-40).

Então, ao longo de 1963 a março de 1964, foi sendo articulado a solução política para essa consequência, que desencadeou na ditadura civil-militar, em abril de 1964. Portanto, o golpe derrotou as forças democráticas, nacionais e populares e também “uma alternativa de desenvolvimento econômico-social e político que era virtualmente a reversão do já mencionado fio condutor da formação social brasileira” (NETTO, 2015, p. 41).

A instauração do golpe civil-militar de abril de 1964, como resposta à crise da dominação burguesa, teve como seu centro privilegiador o Estado. Assim, o Estado pós-1964 concretiza o pacto contrarrevolucionário, aprofundando a heteronomia econômica e a exclusão popular, garantindo o esquema de acumulação em favor do grande capital, especialmente dos monopólios imperialistas. Deste modo, o Estado que se forma após o golpe tem uma funcionalidade econômica e política ao proporcionar o desenvolvimento capitalista dependente e associado, repassando a renda para os monopólios e mediando os conflitos setoriais e intersetoriais em favor dos monopólios imperialistas. É nessa dupla funcionalidade que está o caráter antinacional e antidemocrático do Estado pós-1964 (NETTO, 2015).

O Estado ditatorial assume também a projeção histórico-societária, com o objetivo de criar condições ideais na realidade brasileira para consolidar o processo de concentração e centralização de capital. É a partir dessa projeção, respaldado na modernização

conservadora da sociedade e no referencial político-ideológico da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), que foi criado o modelo econômico da autocracia burguesa, em acordo com os interesses do monopólio.

Na esteira desse processo, a ditadura caminhou para realizar uma “reforma do Estado”, adequando as políticas sociais aos objetivos modernizadores capitalistas, em que consistia: “regressividade do financiamento do gasto estatal; centralização do processo decisório no Executivo Federal; privatização e fragmentação” (NETTO, 2014, p. 96). Algo sintonizado com a desnacionalização da economia brasileira e a tendência de concentração e centralização do capital monopolista, que logo se expressou no “milagre econômico” brasileiro.

Conforme Netto (2014, p. 160), “a concretização do modelo econômico, expressa no milagre, teve como condição política necessária o terrorismo de Estado”. Dessa forma, foi através do regime autocrático burguês inaugurado pelo golpe civil-militar de 1964, que impôs os interesses do capital monopolista por meio da repressão direta, da coerção e perseguição de opositores e da censura aberta aos canais de comunicação, que foi “possível impor ao país um modelo econômico de efeitos socialmente tão perversos e corrosivos” (NETTO, 2014, p. 160).

Todavia, o “milagre” brasileiro entra em crise na segunda metade da década de 1970, envolvendo fatores internacionais e da dinâmica global do capital, mas, sobretudo, pelo seu próprio desenvolvimento. Ou seja, apesar da crise capitalista mundial, a dinâmica econômica interna do Brasil neste período foi a principal responsável pelo enfraquecimento e crise do modelo econômico da ditadura.

Netto (2014) ainda pontua que mesmo com a crise do modelo econômico da ditadura, as condições políticas de sua sustentação, ou seja, o terrorismo de Estado, não foram eliminadas da cena nacional. A legitimidade política da ditadura começa a erodir pela movimentação política democrática de setores da sociedade, com destaque para os movimentos sociais dos anos de 1970, que “forçou o regime a limitar minimamente o emprego do terror e, por fim, no último terço da década, isolou a máquina repressiva” (NETTO, 2014, p. 162).

Quando começa a ser sinalizado a crise do regime ditatorial, devido a intensificação da crise do “milagre econômico” e pela estratégia de sobrevivência do regime com o “processo de distensão”, que constituirá o projeto de autorreforma do Estado, a ditadura civil-militar “[...] visava a recomposição de um bloco sociopolítico para assegurar a institucionalização duradoura do sistema de relações econômico-sociais e políticas estruturado a serviço dos monopólios” (NETTO, 2015, p. 61). Para essa estratégia ter êxito, o Estado ditatorial precisava “enquadrar rigidamente todo o vasto aparato policial-militar repressivo” (NETTO, 2015, p. 62) e eliminar as forças político-organizativas. Além disso, era necessário ter o apoio de alguns setores da sociedade, que não ocorreu principalmente por causa do aprofundamento da crise econômica que propiciava realinhamentos políticos, que foi intensificado com a reemergência do proletariado urbano na cena política, provocando “uma radicalização na oposição democrática” (NETTO, 2015, p. 62). Portanto, a autocracia burguesa foi “obrigada a combinar concessões e gestos tendentes à negociação com medidas repressivas” (NETTO, 2015, p. 63).

No início dos anos de 1970, formava-se um novo proletariado, liderado por militantes de grupos clandestinos, no cinturão industrial de São Paulo, principalmente dos setores metalomecânico e petroleiro-petroquímico. Assim, a classe trabalhadora brasileira foi reincorporada com mais intensidade na cena política em 1978 com a luta dos operários no ABC, tendo nos anos de 1979-1980, início do governo de João Figueiredo, o que Netto (2014, p. 225) nomina de “novo afluxo do movimento operário e sindical”. Conforme Giannotti (2007, p. 223), as reivindicações não se limitavam ao aumento salarial, estabilidade no emprego e carga horária de 40 horas semanais, mas pautavam também o “direito de greve, liberdade de organização nos locais de trabalho, liberdade e autonomia sindical, anistia aos presos políticos e fim da Ditadura”.

Para Netto (2014), as lutas dos trabalhadores nesse período tiveram grande importância no que se refere ao saldo organizativo, no desenvolvimento da consciência de classe “e o impacto positivo com que rebatem no campo das forças democráticas” (NETTO, 2014, p. 231), visto principalmente no processo de democratização, quando as demandas econômicas e sociais foram colocadas na agenda nacional.

A reinserção da classe operária na cena política, iniciada na segunda metade dos anos 1970, de fato enriqueceu e tornou mais complexa a dinâmica da luta contra a ditadura. O projeto de autorreforma do regime (chame-se-lhe “distensão” ou “abertura”) transformou-se concretamente em processo de democratização – e, com esta mudança estrutural, colocou desafios seja para o próprio regime e seu governo,

seja para o arco de forças que a ele se opunha. A revitalização das lutas de classes pelo protagonismo proletário haveria de se expressar, no plano político, por realinhamentos no conjunto das forças em presença (NETTO, 2014, p. 232).

Todavia, o impulsionamento redemocratizante da sociedade brasileira pela efervescência dos movimentos sociais foi cindido pela formação de uma coalização política “pelo alto” que resultou na derruição da autocracia burguesa através de “um pacto elitista que poderia derivar numa transição truncada à democracia” (NETTO, 2014, p. 247).

Se a Constituição elaborada pelo parlamento com poderes constituintes acolheu direitos políticos próprios do Estado de Direito Democrático e inclusive avançou no campo dos direitos sociais, ela, na decisiva instância do ordenamento econômico, consagrou uma formatação profundamente conservadora. Através do Centrão, as classes possuidoras ganharam a hegemonia, puderam neutralizar os impactos das lutas conduzidas pelos trabalhadores e assegurar, durante e após a transição [...], uma ordem constitucional que consagrava a sua renovada dominação (NETTO, 2014, p. 261-262).

Logo, será a partir desse contexto sociopolítico nacional no período ditatorial e de redemocratização do país, que iremos identificar as particularidades da cidade de Juiz de Fora (MG). Qual papel da cidade no processo de consolidação e de resistência à conjuntura político-econômica instaurada no país? Quais atores políticos e de resistência presentes? Quais aproximações, conexões do Serviço Social com esses processos? Esse é o caminho a ser percorrido.

3. DITADURA CIVIL MILITAR EM JUIZ DE FORA: Repressão e Resistências

A cidade de Juiz de Fora, localizada na Zona da Mata de Minas Gerais, com um passado significativo tanto no Ciclo do Ouro quanto no pólo industrial em 1890 - com o desenvolvimento de indústrias e o crescimento da população operária -, também foi solo para um dos episódios mais sombrios da história do país. A partir do descontentamento por parte de alas conservadoras - que incluíam militares e civis -, com a conjuntura político-econômica do país em 1964, é planejado pelos seus opositores e apoiado pelos Estados Unidos, o golpe de deposição do presidente João Goulart. No município mineiro ocorreu a concentração pré-golpe no dia 28 de março de 1964, com a presença dos generais Mourão Filho e Odílio Denys, juntamente com o governador do estado de Minas Gerais, Magalhães Pinto.

As articulações para que tropas saíssem de Juiz de Fora para deflagrar o golpe na cidade do Rio de Janeiro iniciaram-se meses antes, a partir de constantes visitas e atividades do general Mourão Filho na cidade. Baltazar (2017) destaca que o estado de Minas Gerais era considerado uma base sólida para a campanha contra o governo em exercício, inclusive com apoio civil, em suas análises, capazes de amparar as tropas militares.

A cidade, antes acolhedora e símbolo de prosperidade, estava dividida entre os apoiadores do golpe militar e aqueles que faziam resistência. Respectivamente era a imprensa e a classe média contra os movimentos estudantis, sociais e sindicais. A “Capital da Revolução” viu suas ruas serem tomadas por militares, assim como as redações de jornalismo e os sindicatos atuantes na cidade. Postos de gasolina foram interditados e proibidos de abastecer veículos que não pertencessem aos militares e prisões foram efetuadas como “forma de precaução”. (BALTAZAR, 2017, p.19)

A reunião, sediada na cidade, contava com o planejamento da mobilização militar para a tomada do poder, sendo assim, datando a mobilização para o dia 4 de abril. Entretanto, como explicita Barbosa (2020, p.18), “o general Mourão Filho não esperaria até abril para dar início ao golpe civil-militar, e ainda no dia 31 de março tomou uma atitude impulsiva partindo com suas tropas de Juiz de Fora para o Rio de Janeiro, por volta das três horas da manhã”. Ademais, como também elucida Netto (2014):

com o aval do governador Magalhães Pinto, precipitaram o movimento golpista: no dia 31, sem o conhecimento de boa parte da cúpula militar que dirigia a conspiração, os generais Carlos Luiz Guedes, em Belo Horizonte e, em Juiz de Fora, Olímpio Mourão Filho - [...] - puseram as suas tropas na rua. (Netto, 2014, p. 67-68)

O Estado brasileiro tem uma histórica tradição autoritária, que através de aparelhos repressivos buscou combater grupos considerados “subversivos” que poderiam alterar a ordem vigente – movimento identificado no item anterior. A partir de 1964 com a ditadura civil-militar e a Doutrina de Segurança Nacional³, esses aparelhos de repressão, com particularidades próprias, foram expandidos para todo o país. Conforme a Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora (CMV-JF)⁴, o município foi um dos primeiros a

3 “Para a Doutrina de Segurança Nacional, a questão central é a garantia de segurança interna, que exige duas condições: a criação de um aparato repressivo, encimado por uma rede de informações que permitia detectar o “inimigo interno” (os “subversivos”), capaz de neutraliza-los/ eliminá-lo, e a implementação de uma política de desenvolvimento econômico, eficiente e assentada no planejamento para assegurar a força militar do Estado.” (NETTO, 2014, p. 87)

4 A Comissão Municipal da Verdade (CMV) de Juiz de Fora teve início no dia 6 de agosto de 2012, com a aprovação da Lei Municipal 12.643 pela Câmara Municipal do município. “O trabalho da Comissão Municipal foi baseado em entrevistas, depoimentos, busca por documentos, arquivos e qualquer material que os ajudasse a descortinar o período. Foram entrevistados jornalistas, sindicalistas, professores, familiares de

defrontar com a repressão do regime ditatorial, com o transporte de presos políticos de caminhão para Belo Horizonte, conforme publicação em jornais locais do dia 4 de abril.

De acordo com a CMV – JF, na cidade, ficando atrás apenas de Belo Horizonte (BH) no estado de Minas Gerais, havia cinco unidades de repressão: a Delegacia de Polícia Civil; 2º Batalhão de Infantaria da Polícia Militar⁵; 10º Regimento de Infantaria de Juiz de Fora⁶; Quartel General da 4ª Região Militar⁷; e a Penitenciária José Edson Cavaliéri. A cidade recebeu presos políticos das mais diversas regiões do estado e do país.

Uma destas unidades, a Penitenciária Regional José Edson Cavaliéri (PJEC), mais conhecida como “Penitenciária de Linhares”, passou a ser utilizada como prisão política entre os anos de 1967 e 1981. A unidade foi criada em 1 de julho de 1965, pela Lei 3.393 e inaugurada em janeiro de 1966. Baltazar (2017) destaca que após a instauração do AI-5 em 1968, há um aumento expressivo do número de prisões de militantes e membros de organizações consideradas subversivas. Como elucida Barbosa (2020, p.54-55) “[...] além de receber os presos já condenados, também passou a abrigar os que aguardavam julgamento e respondiam a processos na Auditoria da 4ª CJM [...]”, tornando-se assim um presídio político. Em depoimentos à Comissão da Verdade Municipal, ex-presos políticos relatam torturas sofridas na unidade, em especial, torturas psicológicas.

Em outubro de 1969, mulheres começaram a ser presas na penitenciária tendo a Ala Feminina fechada em 1971 devido a uma forte tempestade. As mulheres detidas na penitenciária foram transferidas, em Juiz de Fora, para o Colégio Santa Catarina, o Instituto João Emílio e a Casa Maternal Maria Helena Residência das Irmãs⁸, e para a Penitenciária de Mulheres, em BH (BARBOSA, 2020; CMV-JF, 2015).

vítimas e pessoas que tiveram suas vidas direta ou indiretamente afetadas por um dos períodos mais sombrios do Brasil, o que somou 37 depoimentos”. (BALTAZAR, 2017, p. 30 e 31)

- 5 “[...] há indicações de que o 2º BI possa ter sido usado como espaço auxiliar diante da carência de outros locais e do aumento das prisões daqueles que eram considerados “agitadores” ou “subversivos.” (CMV - JF, 2015, p. 72)
- 6 “Esta unidade foi, inclusive, utilizada como prisão temporária em caso de lotação do Quartel General, conforme atestado em depoimento de João Carlos Reis Horta, o “João Comunista” [...]”. (CMV- JF, 2015, p. 70)
- 7 “[...]o espaço era utilizado para diferentes propósitos: abrigar pessoas que vinham a Juiz de Fora apenas para participar de audiências na Auditoria, abrigar presos temporariamente enquanto aguardavam julgamento, abrigar presos até a transferência para outra unidade, servir de local para interrogatórios.” (CMV-JF, 2015, p. 66 - 67)

Tais informações demonstram que entender o histórico da presença de algumas instituições em Juiz de Fora é fundamental para a compreensão do funcionamento do sistema de repressão. Por ter sediado a 4a Região Militar e, conseqüentemente, abrigado a Auditoria da Justiça Militar (ainda hoje presente na cidade) correspondente a tal área de cobertura, todos os processos que eram instaurados nos estados de Minas Gerais, Goiás e no Distrito Federal tramitavam no local. Assim, presos políticos das mais diversas regiões do país passavam por Juiz de Fora, seja para participar das audiências ou para cumprir pena na Penitenciária de Linhares, que foi transformada em prisão política entre 1967 e 1981. Dessa forma, pessoas consideradas comunistas, subversivas ou ameaças em potencial ao regime autoritário em vigência, mesmo que naturais de outros estados, poderiam ser processadas em Minas, caso tivessem algum envolvimento com grupos ou com a militância da região de cobertura da 4a RM. (CMV- JF, 2015, p. 52)

Ademais, ao mesmo passo que se identifica a articulação entre setores conservadores da cidade mineira com a instalação da ditadura militar, a cidade também foi palco de articulação de movimentos de resistência. Compreender a dinâmica de movimentação das classes subalternas nesse contexto de radicalização da luta de classes no Brasil, identificando os principais sujeitos sociais e qualificando o tipo de relação política e profissional do Serviço Social com as lutas sociais, é o objetivo central dessa pesquisa.

Devido ao contexto da pandemia, a primeira fase da pesquisa exploratória de produções acadêmicas se desenvolveu por meio do repositório da biblioteca central da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), a partir da busca de palavras-chave vinculadas à temática central. Foram consultadas, aproximadamente, 2.000 publicações, das quais 17 publicações foram selecionadas para uma pré-análise⁹. Analisando as fontes para pesquisa indicadas pelas produções, encontramos as mais diversas como: fontes orais e escritas; acesso a periódicos locais; publicações do período vinculados a sindicatos e movimentos; processos jurídicos (militares, trabalhistas); arquivos DOPS-MG e DEOPS-SP; relatórios de Comissão da Verdade, entre outras. A partir de uma leitura inicial das publicações, sistematizamos apontamentos relevantes para o caminho de pesquisa, os quais apresentamos de forma preliminar nesse artigo.

Algumas produções trazem uma contextualização do período anterior ao golpe, onde podemos encontrar pistas para o desdobramento dos fatos históricos na cidade.

8 Entre os depoentes à Comissão Municipal da Verdade em Juiz de Fora, temos duas assistentes sociais (Marilda Vilela Iamamoto e Mariléia Portírio) que relatam que foram julgadas em Juiz de Fora e cumpriram pena no Instituto João Emílio e no Colégio Santa Catarina, respectivamente.

9 Este se apresentou como um dos desafios nesta fase exploratória. O sistema do repositório institucional não permite estabelecer correlações no sistema de busca, o que fez com que fossem exibidos um conjunto de produções que, em sua intensa maioria, não possuíam nenhum vínculo com o estudo proposto. Mesmo diante dessa identificação, optamos por seguir com esta fase da pesquisa como forma de identificar o volume de produções, possíveis áreas de conhecimento que se detém à temática, entre outros.

Destacamos o movimento dos trabalhadores com ênfase na atuação dos sindicatos indicados por Pereira (2015). A autora resgata a efervescência política no Brasil pós 1945, apontando o período entre 1950-1960 como de maior concentração de mobilização dos trabalhadores. Em Juiz de Fora, “o setor metalúrgico já surgia como um importante novo investimento da cidade, em um contexto de diversificação do parque industrial” (PEREIRA, 2015, p.17). Logo em 1950 iniciou-se um crescimento significativo de paralizações e mobilizações, vinculados aos movimentos paredistas¹⁰. Nos registros do Arquivo do Sindicato dos Metalúrgicos de Juiz de Fora, há um conjunto de informações sobre o período supracitado, ao qual destacamos o movimento de 1954, que culminou na deflagração de greve em todos o estado de Minas Gerais, sendo que em Juiz de Fora, com 05 dias de greve, cerca de 80% dos trabalhadores paralisaram suas atividades. Pereira (2015) relata a realização de um comício na Praça da Estação que reuniu cerca de 30 mil pessoas. Destaca-se ainda, a liderança de Clodesmith Riani, importante sindicalista que terá um papel crucial nos anos de chumbo que viriam a seguir¹¹.

Outra categoria profissional que teve um papel fundamental na construção da resistência à ditadura militar em Juiz de Fora foram os ferroviários. Em sua pesquisa, Baltazar (2017) busca ressignificar narrativas sobre o golpe de 1964 em Juiz de Fora a partir de depoimentos prestados à Comissão Municipal da Verdade, com ênfase no depoimento de Edson Nogueira da Silva, sindicalista dos ferroviários que esteve envolvido no bloqueio do caminho das tropas de Mourão que seguiam para o Rio de Janeiro¹². Vale destacar que a atuação dos ferroviários na região da Zona da Mata possui uma história de resistência

10 Segundo o Guia do Movimento Paredista, do Sindjustiça, o movimento paredista é reconhecido pela Constituição Federal como “direitos fundamentais de caráter coletivo, resultantes da autonomia privada coletiva inerente às sociedades democráticas” (p.11). São instrumentos de pressão coletiva que aglutinam movimentos paragrevistas (que antecedem uma greve organizada) e grevistas. Dentre os movimentos paredistas encontram-se piquetes, movimento-tartaruga, greve de regulamento, greve de rodízio. O guia está disponível em <https://sindjustica.com/site/wp-content/uploads/2016/03/guia-do-movimento-paredista.pdf>

11 Clodesmidt Riani iniciou sua relação com o movimento sindical em Juiz de Fora, após ser integrante da antiga Companhia Mineira de Eletricidade. Esteve em lideranças de Estado e nacionais – chegando a assumir a presidência e a vice-presidência da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI); também foi, durante muitos anos, dirigente no Comando Geral dos Trabalhadores. O sindicalista esteve ligado à carreira política e a militância; foi deputado estadual em Minas Gerais e filiado ao PTB e ao PMDB. Durante a ditadura militar, foi condenado e preso injustamente, sofrendo a perda do seu mandato como deputado. (<https://www2.ufjf.br/noticias/2020/10/15/trajetoria-de-lider-sindical-clodesmidt-riani-e-tema-de-video/>)

12Em seu depoimento, Edson Nogueira relata que recebeu a ordem e que o maquinista José de Souza cumpriu o combinado, porém, o mesmo foi preso e assassinado no Dops, sendo sua morte retratada como suicídio.

vinculada à Estrada de Ferro Leopoldina¹³. As reivindicações de trabalhadores ganham expressão desde os anos 1930 com greves e paralisações e se ampliam significativamente nos anos 1950 com a expansão da ferrovia. Segundo Baltazar (2017, p.117), “em 1964, o sindicato se torna um símbolo de luta contra a repressão da ditadura militar”.

Braga (2006) trata sobre o movimento de professores em Juiz de Fora a partir da pesquisa em livros de Atas do Sindicato dos Professores (SINPRO), jornais da cidade e entrevista com professores e ex-sindicalistas. Ao contrário das categorias dos metalúrgicos e ferroviários, a autora relata um movimento de retração por parte da categoria logo nos primeiros acontecimentos desencadeados pelo golpe civil-militar de 1964, muito em decorrência dos conflitos de interesse no interior da categoria como forma de desarticular um processo em curso nos anos 1950 do desenvolvimento de um comportamento classista diante do patronado assumido por uma parcela significativa do movimento docente, culminando, inclusive, na “greve de março de 1959”.

Outro segmento importante na configuração do cenário dos processos de resistência frente ao golpe civil militar foi o de setores vinculados à chamada “esquerda católica”, encontrado nas produções de Carvalhal (2007), Abreu (2010), LABHOI (2019). Vinculados à teologia da libertação¹⁴, diversas pastorais, lideranças, padres e pastores tiveram uma atuação significativa junto a periferias, movimentos sociais e sindicatos, fundamentados, como nos indica Abreu (2010), em uma reflexão teológica ecumênica latino-americana e brasileira que impulsiona à “afirmação de um projeto-religioso alternativo, voltado para a tarefa libertária de humanização da vida” (ABREU, 2010, p.6). São tratadas experiências desenvolvidas ao longo do período de 1960/1980 da atuação de padres redentoristas na formação religiosa e política em bairros da cidade (LABHOI, 2019), Centro Ecumênico de Documentação e Informação – CEDI (ABREU, 2010), Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos (CARVALHAL, 2007).

A pesquisa de Barbosa (2020) busca, por meio de fontes clandestinas, identificar histórias de luta, personagens e espaços urbanos que articularam processos de resistência

¹³Estrada de ferro construída em 1871 diante da necessidade das fazendas de café da Zona da Mata mineira de escoar a produção para as cidades do Espírito Santo e Rio de Janeiro. Nos anos 50, a Estrada de Leopoldina já tinha expandido ao máximo suas linhas e tornou-se a ferrovia mais extensa do Brasil e cercava aproximadamente 80 mil quilômetros de área em todo país (BALTAZAR, 2017).

¹⁴ Abreu (2010) salienta a importância da Teologia da Libertação como pioneira na elaboração de uma “teologia original e contextualizada” (p.57) construída a partir da realidade latino-americana, “não depende, portanto, da dominação teológica euro-americana” (idem).

na cidade, além da importância na denúncia de situações de violação e crimes cometidos pelo militares. Foram criadas pequenas redes colaborativas de informação, constituídas por manuscritos, cartas, panfletos e jornais clandestinos, dos quais o autor indica *O Porrete* e *Luta*, que circularam em Juiz de Fora no fim da década de 1960; e o jornal manuscrito *Até Sempre*, apreendido com os presos políticos do grupo Colina¹⁵, na Penitenciária de Linhares, em abril de 1970.

É sabido da importância da militância estudantil no processo de construção de resistência à ditadura civil militar, todavia, neste levantamento inicial, identificamos apenas uma produção que trata da atuação do movimento estudantil juizforano durante a transição democrática, que, desde 1974 inicia ações contundentes contra o regime, vinculado a outros setores, mas que ganha destaque como ator protagonista, no período de 1977 a 1979 (LACERDA, 2010). Ainda vinculado ao período da redemocratização, Silva (2010) nos apresenta uma pesquisa sobre os movimentos comunitários na cidade no período de 1974 a 1988, com destaque ao papel no Unibairros:

(...) o movimento comunitário da cidade de Juiz de Fora, aqui compreendido como as associações de bairro ou Sociedades Pró-Melhoramentos de Bairros e outros movimentos sociais, manteve-se em grande atividade nas décadas de 1970 e 1980 e valeu-se das influências do contexto para moldar seu perfil de atuação. [...] Estas reuniram-se a nascentes movimentos associativos surgidos no contexto da década de 1980, como o movimento Unibairros, que representava uma alternativa aos tradicionais movimentos associativos, possuindo autonomia e certa independência ideológica, o que garantia uma atuação diferenciada. (SILVA, 2020, p.20)

Estamos na fase de uma leitura pormenorizada destas publicações, a fim de construir o chão histórico desses processos de resistência na cidade de Juiz de Fora com vistas a encontrar pontos de conexões de estudantes, docentes e profissionais do Serviço Social junto a esses processos. Nesta direção, iniciamos uma nova frente de pesquisa junto a fontes bibliográficas: a consulta presencial ao acervo da biblioteca da Faculdade de Serviço Social da UFJF de trabalhos de conclusão de curso que se relacionam com a temática da pesquisa, em especial, trabalhos publicados no período de 1960-1990.

Até o dado momento foram selecionados 51 Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) da Faculdade de Serviço Social da Universidade de Juiz de Fora, entre 1960-1990, contendo as temáticas: Desenvolvimento de Comunidade; Movimentos Sociais e Sindicatos de Juiz de Fora; Formação Profissional; Método BH; e também, sobre o Centro de Defesa

15 O Colina (Comando de Libertação Nacional) foi uma organização de guerrilha urbana, no Brasil, que surgiu da divisão da organização Política Operária (Polop) e era composta basicamente por universitários mineiros.

de Direitos Humanos (CDDH) de Juiz de Fora. Ademais, foram levantados, inicialmente, 9 títulos de TCC's, entre 1990-2003, que tratam das seguintes temáticas: Serviço Social e Movimentos Sociais; e Movimentos Sociais em Juiz de Fora. A partir desse primeiro levantamento, está sendo realizada a catalogação das produções a fim de encaminharmos para a etapa de leitura e sistematização.

Espera-se que as leituras possibilitem o cruzamento de informações sobre a conjuntura local e formas de interação/conexão que demonstrem a particularidade da articulação do Serviço Social com organizações, movimentos e lutas sociais na cidade de Juiz de Fora (MG).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise de contextos sócio-históricos, com ênfase nos conflitos de classe e processos de luta e organização das classes subalternas, e do vínculo político e profissional de segmentos profissionais, docentes e discentes a esse movimento histórico se apresenta como uma importante contribuição coletiva para o fortalecimento da direção social da profissão posta no atual projeto profissional. A Pesquisa em andamento tem por objetivo contribuir nesta direção.

Compreendendo a relevância de cada etapa de um processo de pesquisa como aproximação sucessiva ao objeto, optamos por apresentar dados iniciais de um caminho em construção, como forma de sistematizar o percurso metodológico construído pelas pesquisadoras, bem como dar visibilidade a um conjunto de elementos identificados nesta abordagem preliminar. O levantamento bibliográfico até agora realizado nos permite identificar a vinculação da cidade de Juiz de Fora (MG) na investida militar de instauração e manutenção da ditadura, servindo, inclusive como unidade de repressão significativa no âmbito do estado. Entretanto, também retratam forças políticas organizativas que são palco de aglutinação de processos de resistência que, acreditamos, possibilitarão identificar pontos de conexão com o Serviço Social. Destacam-se dois agrupamentos aos quais aprofundaremos nossas análises – as categorias profissionais com importante atuação sindical (Metalúrgicos e Ferroviários) e os grupos vinculados à esquerda católica, em especial, a organização da Ação Popular (AP), que possui importante atuação junto ao

movimento estudantil e movimentos comunitários.

Para tanto, a pesquisa qualitativa será um importante método de pesquisa por estabelecer uma relação dinâmica entre o “mundo objetivo e a subjetividade do sujeito”, permitindo verificar os sentidos, representações e vínculos dos sujeitos pesquisados com o universo temático proposto (BAPTISTA, 1999). A intenção é de que, a partir do desdobramento das pesquisas bibliográficas e de entrevistas com ex-militantes e assistentes sociais vinculadas aos processos de resistência no município – seja por meio da atuação estudantil, profissional e/ou na formação – se estabeleça de forma mais direta as conexões da categoria com os movimentos sociais, populares e sindicais do período, apontando a contribuição do Serviço Social para o desenvolvimento destas forças políticas e organizativas, bem como na identificação de elementos que rebatem no Serviço Social, no âmbito da formação, exercício e organização profissional.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAPTISTA, D. M. T. O debate sobre o uso de técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa. In: MARTINELLI, M^a Lúcia. *Pesquisa qualitativa: um instigante desafio*. São Paulo: Veras Editora, 1999.

BATISTONI, M. R. O Movimento de Reconceituação no Brasil: o Projeto Profissional da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (1964-1980). *Em Pauta*, Rio de Janeiro, n. 40, 2017.

GIANNOTTI, Vito. *História das lutas dos trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

IAMAMOTO, M. V. e CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1986.

NETTO, José Paulo. O movimento de reconceituação 40 anos depois. *Serviço Social e Sociedade*, nº 84. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. *A pequena história da Ditadura brasileira (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 17 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

Produções pesquisadas incorporadas ao ensaio

ABREU, F;H. *Do Ecumenismo Libertador à Libertação Ecumênica: uma análise do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (1974-1994)* (Dissertação). Programa Pós Graduação em História. UFJF, 2010.

BALTAZAR, G.M.O. *Um trem no caminho da ditadura militar: Narrativas ressignificadas a partir dos depoimentos para a Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora*. (Dissertação). Programa Pós Graduação em Comunicação. UFJF, 2017.

BARBOSA, R.A. *As rugas que irrompem na superfície lisa da história: as formas clandestinas de informação nas décadas de 60/70 em Juiz de Fora* (Dissertação). Programa Pós Graduação em Comunicação. UFJF, 2020.

BRAGA, V.L.F. *Entre a Honra e o Mercado: Análise do processo de formação do movimento sindical docente em Juiz de Fora (1934-1964)* (Dissertação). Programa Pós Graduação em História. UFJF, 2006.

CARVALHAL, J.P. *A serviço da vida: a influência da igreja católica na formação do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos (1982-1986)* (Dissertação). Programa Pós Graduação em História. UFJF, 2007.

LABHOI. *Entrevista com Adenilde Petrina Bispo* (Entrevista). Laboratório de História Oral e Imagem, UFJF, 2019.

LACERDA, G.E. *As esquerdas entre os estudantes: memórias dos militantes estudantis juizforanos durante a transição democrática brasileira (1974- 1984)* (Dissertação). Programa Pós Graduação em História. UFJF, 2010.

PEREIRA, L.M.C. *Trabalhadores metalúrgicos de Juiz de Fora/MG: uma análise do movimento operário e sindical e do recurso à justiça do trabalho (1950-1960)* (Dissertação). Programa Pós Graduação em História. UFJF, 2015.

SILVA, L.V. *Associações: experiência de participação na redemocratização. Movimentos Comunitários em Juiz de Fora – MG – 1974-1988* (Dissertação). Programa Pós Graduação em História. UFJF, 2010.

,